



**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo especificar e definir algumas condições para a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva na retroescavadeira Case 580N, integrante da frota da Secretaria Municipal de Obras do Município de São Pedro das Missões/RS.

**2. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

2.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, Critério de julgamento: pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

**3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

3.1 O quantitativo corresponde à demanda conforme justificativa apresentada no Documento de Formalização de Demanda - DFD pela Secretaria Municipal demandante.

3.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.3 Os itens que compõem esta licitação têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Dispensa, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Segue abaixo, planilha contendo maior detalhamento dos itens a ser adquiridos:

<b>Lote 1 – Peças</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Ref.</b>
1	Cola trava rosca	02	un
2	Silicone preto	02	un
3	Bucha	08	un
4	Contra pino	01	un
5	Retentor	01	un
6	Filtro hidráulico	01	un
7	Terminal negativo	01	un
8	Anel	06	un
9	Parafuso	01	un
10	Bomba de engrenagem	01	un
11	Arruela lisa	04	un
12	Parafuso	04	un







Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**

13	Arruela	01	un
14	Graxeira reta	04	un
15	Conexão	01	un
16	Óleo	80	l
17	Reparo	01	un
18	Retentor	01	un
19	Porca	01	un
20	Reparo comando	01	un
21	Kit emb. Diant.	01	un
22	Kit emb. Tras.	01	un
23	Kit arruelas/travas/graxeiras emb. diant.	01	un
24	Kit arruelas/travas/graxeiras emb. tras.	01	un
25	Graxa	02	kg
26	Reparo cilindro	01	un
27	Filtro transmissão	01	un
28	Óleo transmissão	20	l
29	Fluido antiatrito	01	un
30	Óleo diferencial tr e freios	20	l
31	Disco freio	04	un
32	Placa freio	02	un
33	Placa freio	02	un
34	Anel viton	02	un
35	Anel viton	02	un
36	Anel viton	02	un
37	Regulador	06	un
38	Anel	02	un
39	Rolamento cubo tras.	02	un
40	Retentor cubo tras.	02	un

Lote 2 – Mão de obra	
Item	Descrição
1	Trocar bomba hidráulica
2	Trocar filtro do hidráulico
3	Trocar reparo do comando
4	Regular válvulas do comando e completar o nível do óleo hidráulico
5	Trocar vedações e reparos dos cilindros hidráulicos
6	Trocar conexões danificadas e trocar parafusos e graxeiras
7	Trocar embuchamento dianteiro
8	Trocar embuchamento traseiro
9	Serviços de solda e torno nos alojamentos e na concha traseira
10	Trocar óleo e filtro da transmissão
11	Revisar freios traseiros

(55) 9 9199-9431

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)

[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**  
Todos Por São Pedro  
ADM: 2025-2028





**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

12	Trocar discos
13	Placas do freio e vedações
14	Trocar óleo do freio e diferencial traseiro
15	Trocar vedações e rolamentos do cubo traseiro da retroescavadeira case 580N

3.4 O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a necessidade e o interesse público.

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

##### **4.1 FUNDAMENTAÇÃO**

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, anexo aos autos do processo licitatório.

##### **4.2 JUSTIFICATIVA**

A presente contratação visa atender à necessidade de manutenção corretiva da retroescavadeira Case 580N, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Obras do Município de São Pedro das Missões/RS. O equipamento encontra-se atualmente inoperante, o que compromete a execução de diversas atividades essenciais, como a abertura e manutenção de vias públicas, serviços de terraplanagem, drenagem e demais demandas rotineiras da Secretaria. Considerando que a retroescavadeira é um equipamento de grande porte e de uso intensivo nas ações operacionais da pasta, sua indisponibilidade impacta diretamente a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à comunidade. Além disso, o Município não dispõe de estrutura técnica, pessoal capacitado ou recursos materiais para a execução do conserto com a qualidade e segurança necessárias, sendo imprescindível a contratação de empresa especializada, com experiência comprovada na manutenção desse tipo de maquinário. Dessa forma, a contratação ora proposta é indispensável para a retomada das atividades operacionais da Secretaria Municipal de Obras, visando garantir a prestação de serviços públicos com eficiência, economicidade e regularidade.

#### **5. PREVISÃO NO PCA**

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não tenha sido elaborado pelo Município de São Pedro das Missões/RS, entretanto o município está em vias de elaboração de seu PCA.

#### **6. FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos







**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

esses eivados pela pessoalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico e justificativas presentes nos autos.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*[...]*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Em mesmo sentido, e conforme redação do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, são autorizadas contratações de forma direta.

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, Niebuhr (2015, p. 123):

*[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].*







**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

Analizando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

*O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.*

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

- a) por dispensa de licitação; ou
- b) por inexigibilidade de licitação.

Especificamente, para o caso em tela, o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê a dispensa de licitação para contratações que envolvam valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº 12.343/2024, para R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Dessa forma, a contratação da empresa **LP PARTS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 40.193.279/0001-91, com sede na Rodovia RS 569, KM 29, sala 02, na cidade de Barra Funda/RS, CEP 99.585-000, por meio de dispensa de licitação, além de encontrar amparo na legislação vigente é a solução mais adequada para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva na retroescavadeira Case 580N, integrante da frota da Secretaria Municipal de Obras do Município de São Pedro das Missões/RS. A prestação dos serviços deverá contemplar, de forma integral, o diagnóstico técnico da avaria, o fornecimento e a substituição de peças defeituosas (quando necessário), a realização dos reparos mecânicos, hidráulicos e elétricos exigidos para o pleno funcionamento do equipamento, bem como os testes operacionais para validação da eficácia da manutenção. A execução dos serviços deverá ser realizada por profissionais devidamente qualificados, utilizando peças e componentes novos, originais ou equivalentes, e observando os padrões técnicos recomendados pelo fabricante, com

**(55) 9 9199-9431**

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)

[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**  
*Todos Por São Pedro*  
ADM: 2025-2028





**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

garantia mínima dos serviços executados. A contratação tem por objetivo restabelecer a plena funcionalidade do equipamento, assegurando sua disponibilidade para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras, contribuindo para a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população, especialmente nas áreas de infraestrutura urbana e rural.

## **8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os itens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

*XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

### **8.1 SUSTENTABILIDADE**

Não será exigido critérios de sustentabilidade.

### **8.2 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

Na presente contratação não será solicitado a indicação de marcas ou modelos específico.

### **8.3 VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO**

A Administração Pública Municipal não possui nenhuma vedação de marca/produto referente a este objeto.

### **8.4 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

Não será necessário a apresentação de amostra.

### **8.5 DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**

Na presente Licitação não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

### **8.6 SUBCONTRATAÇÃO**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **8.7 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **8.8 IMPACTOS AMBIENTAIS**

A contratação dos serviços de manutenção corretiva da retroescavadeira Case 580N, integrante da frota da Secretaria Municipal de Obras, também contribui para a mitigação de

**(55) 9 9199-9431**

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)

[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**  
*Todos Por São Pedro*  
ADM: 2025-2028





**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

impactos ambientais decorrentes da paralisação de atividades essenciais de infraestrutura. Com o equipamento inoperante, diversas ações necessárias à conservação de estradas vicinais, drenagem de águas pluviais e contenção de processos erosivos ficam comprometidas, o que pode agravar problemas ambientais, como o assoreamento de cursos d'água, o aumento de áreas alagadiças e a degradação do solo. A retomada do pleno funcionamento da retroescavadeira possibilitará a execução regular dessas intervenções, promovendo o manejo adequado do território e a preservação ambiental. Além disso, ao optar pela manutenção do maquinário já existente, o Município evita a necessidade de aquisição de um novo equipamento, medida que, além de mais onerosa, implicaria em impactos ambientais associados à fabricação, transporte e descarte de bens duráveis. Dessa forma, a contratação proposta está alinhada com práticas de sustentabilidade e de uso racional dos recursos públicos e ambientais.

## 9. FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de Contratos de que trata a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

*§ 1º - O Fiscal de Contratos ou Equipe de Acompanhamento de Contratos contará com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.*

*§ 2º - O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á a questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de contratos.*

*§ 3º - O Fiscal de Contratos ou Equipe de Acompanhamento de Contratos contará com o apoio dos órgãos técnicos para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.*

### 9.1. Fiscal de Contrato

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).







**Prefeitura Municipal de**  
***São Pedro das Missões***

O Fiscal de Contrato contará com o apoio dos órgãos técnicos, órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais a execução do disposto na Lei nº 14.133, sempre que entender necessário (Lei nº 14.133, de 2021, art. 115, §3º).

## **9.2 Gestor do Contrato**

Ao Gestor de Contratos incumbe gerenciar as relações firmadas com a contratada analisando dados, informações e pareceres técnicos dos fiscais quanto a execução do objeto, a avaliação da qualidade dos resultados obtidos, bem como informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada a manutenção, ou não, das condições contratuais, zelando para que a execução ocorra de forma mais econômica e que atenda às necessidades de planejamento da Autarquia.

## **10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:**

**10.1.** O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de conclusão da execução dos serviços e a devida conferência pelo setor competente. O pagamento será por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

**10.2.** Havendo incorreção no documento de cobrança ou qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento susinado até que a contratada providencie as medidas sancionadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

**10.3.** A nota fiscal deverá ser emitida ao Município de São Pedro das Missões/RS e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato e n.º do Processo e da Dispensa, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

**10.4.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**10.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**10.6.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

## **11. DA HABILITAÇÃO**

### **11.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;







**Prefeitura Municipal de**  
***São Pedro das Missões***

b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

**11.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente o Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**11.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

**12. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL**

12.1 Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12.2 Adotar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), para fins de reajuste geral de reposição.

**13. DAS SANÇÕES**

**(55) 9 9199-9431**

**[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)**

**[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)**

**Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS**



**Prefeitura Municipal de**  
***São Pedro das Missões***  
***Todos Por São Pedro***  
ADM: 2025-2028





**Prefeitura Municipal de**  
***São Pedro das Missões***

Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I – advertência;
  - II – multa;
  - III – impedimento de licitar e contratar;
  - IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - II – as peculiaridades do caso concreto;
  - III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme

normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I – Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e,







**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II – Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

#### **14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

14.1. Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 51.281,50 (cinquenta e um mil, duzentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)**, conforme abaixo:

Lote 1 – Peças					
Item	Descrição	Qtd.	Ref.	Valor Uni.	Valor total
1	Cola trava rosca	02	un	R\$ 29,00	R\$ 58,00
2	Silicone preto	02	un	R\$ 37,00	R\$ 74,00
3	Bucha	08	un	R\$ 29,00	R\$ 232,00
4	Contra pino	01	un	R\$ 0,50	R\$ 0,50
5	Retentor	01	un	R\$ 175,00	R\$ 178,00
6	Filtro hidráulico	01	un	R\$ 398,00	R\$ 398,00
7	Terminal negativo	01	un	R\$ 37,00	R\$ 37,00
8	Anel	06	un	R\$ 5,00	R\$ 30,00
9	Parafuso	01	un	R\$ 3,00	R\$ 3,00
10	Bomba de engrenagem	01	un	R\$ 4.900,00	R\$ 4.900,00
11	Arruela lisa	04	un	R\$ 0,25	R\$ 1,00
12	Parafuso	04	un	R\$ 2,00	R\$ 8,00
13	Arruela	01	un	R\$ 22,00	R\$ 22,00
14	Graxeira reta	04	un	R\$ 4,00	R\$ 16,00
15	Conexão	01	un	R\$ 30,00	R\$ 30,00
16	Óleo	80	l	R\$ 19,90	R\$ 1.592,00
17	Reparo	01	un	R\$ 398,00	R\$ 398,00
18	Retentor	01	un	R\$ 197,00	R\$ 197,00
19	Porca	01	un	R\$ 298,00	R\$ 298,00
20	Reparo comando	01	un	R\$ 1.380,00	R\$ 1.380,00
21	Kit emb. Diant.	01	un	R\$ 3.380,00	R\$ 3.380,00

**(55) 9 9199-9431**

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)

[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**  
Todos Por São Pedro  
ADM: 2025-2028





**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

22	Kit emb. Tras.	01	un	R\$ 8.490,00	R\$ 8.490,00
23	Kit arruelas/travas/graxeiras emb. diant.	01	un	R\$ 590,00	R\$ 590,00
24	Kit arruelas/travas/graxeiras emb. tras.	01	un	R\$ 1.450,00	R\$ 1.450,00
25	Graxa	02	kg	R\$ 42,00	R\$ 84,00
26	Reparo cilindro	01	un	R\$ 389,00	R\$ 389,00
27	Filtro transmissão	01	un	R\$ 390,00	R\$ 390,00
28	Óleo transmissão	20	l	R\$ 39,90	R\$ 798,00
29	Fluido antiatrito	01	un	R\$ 270,00	R\$ 270,00
30	Óleo diferencial tr e freios	20	l	R\$ 39,90	R\$ 798,00
31	Disco freio	04	un	R\$ 390,00	R\$ 1.560,00
32	Placa freio	02	un	R\$ 370,00	R\$ 740,00
33	Placa freio	02	un	R\$ 360,00	R\$ 720,00
34	Anel viton	02	un	R\$ 147,00	R\$ 294,00
35	Anel viton	02	un	R\$ 178,00	R\$ 356,00
36	Anel viton	02	un	R\$ 98,00	R\$ 196,00
37	Regulador	06	un	R\$ 89,00	R\$ 534,00
38	Anel	02	un	R\$ 118,00	R\$ 236,00
39	Rolamento cubo tras.	02	un	R\$ 390,00	R\$ 780,00
40	Retentor cubo tras.	02	un	R\$ 197,00	R\$ 394,00
<b>Total: R\$ 32.301,50 (trinta e dois mil, trezentos e um reais e cinquenta centavos)</b>					

Lote 2 – Mão de obra			
Item	Descrição		
1	Trocar bomba hidráulica		
2	Trocar filtro do hidráulico		
3	Trocar reparo do comando		
4	Regular válvulas do comando e completar o nível do óleo hidráulico		
5	Trocar vedações e reparos dos cilindros hidráulicos		
6	Trocar conexões danificadas e trocar parafusos e graxeiras		
7	Trocar embuchamento dianteiro		
8	Trocar embuchamento traseiro		
9	Serviços de solda e torno nos alojamentos e na concha traseira		
10	Trocar óleo e filtro da transmissão		
11	Revisar freios traseiros		
12	Trocar discos		
13	Placas do freio e vedações		
14	Trocar óleo do freio e diferencial traseiro		
15	Trocar vedações e rolamentos do cubo traseiro da retroescavadeira case 580N		
Total: R\$ 18.980,00 (dezoito mil, novecentos e oitenta reais)			

**(55) 9 9199-9431**

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)

[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**  
Todos Por São Pedro  
ADM. 2025-2028





**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

**15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:

08 – Sec. Mun. De Obras e Serviços Públicos

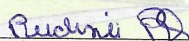
2028 - Encascalhamento de Estradas

553 - 3390.39.17.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos

3390.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

421 - 3390.30.25.00.00.00 - Material para Manutenção de Bens Móveis.

São Pedro das Missões/RS, em 24 de Junho de 2025.



Rudinei Quevedo  
Secretário Municipal de Obras

